

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 71ª sessão ordinária.

Faço agora a leitura do expediente.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Abrindo o Pequeno Expediente, convido a fazer uso da palavra o deputado Marcos Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, nobres colegas deputados, venho a esta tribuna hoje para dar boas notícias ao povo da Bahia e, em especial, da minha região lá da Chapada Diamantina e também da região de Bom Jesus da Lapa, região do Oeste.

Nós sabemos que o país vem atravessando uma crisezinha financeira, crise política e mesmo assim o nosso governador Rui Costa, que hoje é considerado o melhor governador do Brasil, não para de fazer investimentos no nosso estado, o estado da Bahia. O estado da Bahia que é do Nordeste, região pobre.

Recentemente estive em audiência com o nosso secretário Marcus Cavalcanti juntamente com Saulo, da Superintendência de Infraestrutura e Transportes. E já foi publicada, nobre amigo e Líder deste belíssimo governo que tanto faz pela Bahia, a licitação internacional Brasil nº 01, da Seinfra, o Acórdão de Empresas nº 8580BR, onde foi publicada a licitação para diversos lotes de recuperação e construção de BAs, de estradas em nosso estado.

Eu queria frisar aqui, nobre presidente, caros deputados, que uma das BAs importantes é a nossa BA-142, lá, que passa em Barra da Estiva, saindo ali da ponte que está sendo construída, uma ponte nova, dupla, sobre o Rio de Contas, em um distrito de Sussuarana, em Tanhaçu, de mais de R\$ 5 milhões, e agora publicou a licitação da estrada, saindo ali da ponte, passando por Tanhaçu indo a Ituaçu, Barra da Estiva, Ibicoara, Mucugê, Andaraí e até a BR-242, lá próximo de Itaberaba.

Então, nós não sabemos ainda o valor dessa obra grande, mas a licitação será no mês que vem. E temos ainda do trevo de Mucugê para Itaetê, uma reivindicação antiga da população de Itaetê. Tem também o lote que beneficia Abaíra, Boninal, Piaã até a BR-242. Temos também outro lote que é de Iaçú para Itaberaba. Tem um outro lote que é de Bom Jesus da Lapa, passando em Paratinga e Ibotirama.

Então, nobres deputados, vejam que a população dessas estradas e do estado da Bahia serão beneficiadas com rodovias e de qualidade e, além disso, mais importante, também está incluído o contrato de manutenção pela empresa que vai ganhar a licitação. Então, depois de entregar a obra, eles vão ter mais 5 anos de contrato de manutenção dessas estradas.

Com tantos governadores de estados ricos e alguns que não conseguem nem pagar os salários aos seus servidores, o governo da Bahia que é do Nordeste, da região pobre do nosso país vem fazendo investimento. Não é à toa que o nosso governador Rui Costa é considerado hoje o melhor governador do Brasil e o governador que mais investe no seu estado, ganhando inclusive de São Paulo que é a maior economia do nosso país, o estado que mais arrecada, o estado mais rico.

Então, meu presidente e caros colegas deputados, meu amigo Pedro Tavares, que é do DEM, demonstra que o governador Rui Costa sabe que ainda tem muitas estradas para serem feitas, tem outros municípios ainda que estão solicitando, é o caso de Mirante e Caetanos, mas o governador não consegue...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fazer todas as estradas de uma vez só. Então, nós temos ainda mais 3 anos e meio de governo, este governo que leva a Bahia a sério, que atende os baianos e que realmente investe o dinheiro dos seus impostos em benefício de todos vocês.

Eu queria, mais uma vez, nobre presidente, agradecer ao governador Rui Costa e toda a sua equipe de trabalho, em especial, a equipe da Seinfra...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) liderada lá por Marcus Cavalcanti que publicou esse aviso de licitação, para fazer essa obra que realmente é uma estrada que foi construída no trecho de Ituaçu a Tanhaçu em 1986. É uma estrada em tratamento contra pó e será totalmente reconstruída beneficiando a população e em especial a região onde eu sou o deputado mais votado.

Obrigado, presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, na realidade ontem nós iniciamos um debate aqui sobre o projeto de lei que versa sobre o reajuste dos servidores e eu queria ver se era possível fazermos uma pactuação para iniciarmos o processo de votação desse projeto. Eu entendo que há por parte da Liderança da Minoria uma emenda, e nós debatemos aqui inclusive depois de várias conversas com os servidores, que nós pudéssemos dispensar todos os tempos e ir para a Ordem do Dia, leria o relatório deputado Pedro e obviamente, eu sei da necessidade de V. Ex.^{as} em pedir vistas para que possam analisar a própria emenda apresentada pelo deputado Targino e nós certamente o traríamos de volta para que pudéssemos votar de forma definitiva na próxima terça-feira e iniciariamos hoje. Se V. Ex.^a concordar, porque agilizávamos já inclusive a presença dos servidores na Casa.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Questão de ordem, deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Seguindo o entendimento do Líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto, acho que como o deputado Pastor Tom já se encontra no plenário, a gente concederia o tempo dele, para concluir e, aí, suspenderíamos os tempos partidários...

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Só para eu entender: deixaríamos o Pequeno Expediente e nos Horários das Lideranças faríamos a votação? No caso, 15h30min.

O Sr. Tiago Correia: Isso.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pode ser. Nós iríamos até o Pequeno Expediente e no Pequeno Expediente nós suspenderíamos todos os tempos, iríamos para a Ordem do Dia, leríamos o relatório e eu tenho a certeza de que V. Ex.^{as} vão necessitar fazer o pedido de vista e, aí, já adiantaríamos o início do debate do projeto dos servidores.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Deputado Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Então concluímos o Pequeno Expediente, liberamos os tempos partidários e já entramos na discussão do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre deputado Pastor Tom.

O Sr. PASTOR TOM: Inicialmente, eu quero agradecer aqui a oportunidade a Deus e cumprimentar os deputados, as deputadas, imprensa, o público aqui presente e dizer que eu subo a esta tribuna hoje para trazer mais um assunto de grande importância, porque vai favorecer os menos favorecidos. E eu não posso deixar de falar no dia de hoje.

Primeiro quero aqui parabenizar os funcionários da Saúde, não tenham dúvida alguma de que vamos votar favoravelmente. Eu entendo que nós somos os menos favorecidos, eu como morador de bairro periférico... Outro dia, na minha cidade, eu era carregador e com muita força, com muita fé, Deus mudou a minha história. E o meu legado nesta Casa, aqui, sempre é defender as classes menos favorecidas. Não herdei pai rico, não herdei mãe de política, foi na força, foi na luta e parabéns a vocês pelas suas lutas.

Então, eu quero usar esse microfone potente para dizer que o governo do estado, mais uma vez, vem prejudicando os funcionários das terceirizadas, que

trabalham em alguns órgãos nos municípios, na cidade de Salvador e no estado da Bahia. Essa DLB tem atrasado o salário desse povo.

Eu queria aproveitar aqui a Bancada do PT, que é bem próxima do governador, e pedir que fosse intervir, são 3, 4 meses de salário atrasado. Já basta a terceirizada da saúde, lá no município de Feira de Santana, Hospital Clériston Andrade. Pagam uma nota hoje e ficam devendo três, por exemplo, os médicos, os maqueiros têm 3 meses sem receber salários. E isso é muito triste, porque 12 horas, a hora do chape-chape, não dá só na casa do governador, dá na casa também dessas pessoas, do maqueiro, do técnico de enfermagem, do administrativo, do médico, eles precisam se alimentar.

Então eu trago aqui essa informação ao meu grande amigo Robinson que independentemente de cor, de raça, de partido venha interceder, porque os terceirizados também são gente, são pessoas que merecem o nosso respeito, merecem o nosso apoio, porque é difícil. As contas não esperam, recibo de luz, de água, telefone, gás não esperam. E o governo tem que intensificar e pagar aqueles terceirizados que trabalham no governo, porque as pessoas precisam se alimentar.

Aí a gente vê a quantidade de crimes aumentando, por exemplo, na minha cidade, do dia 1º até o dia de hoje, já foram mais de 11 pessoas assassinadas. E quando você vai ver são jovens. Por quê? Porque saiu de casa, a mãe ou o pai saíram para trabalhar, ou não receberam salário, ou não têm emprego, faltou a alimentação, e muitas vezes se deixam levar pela falta das coisas dentro de casa.

Então, um governo que fala que é correria. Para mim, eu não vejo que é correria. Pode ser correria lá para ele, mas Feira de Santana está sofrendo, os terceirizados da Bahia estão sofrendo.

Vai ter daqui a pouco uma reunião da Polícia Militar para resolver coisas que foram acordadas em 2014, e até hoje os policiais militares não estão recebendo.

Então, acho que é um momento de atenção. Eu acho que tem que valorizar. Tem que parar de valorizar só os burgueses. Tem que parar de valorizar só os bacanas,

porque o agente administrativo é importante para o governo. Sim, o porteiro, o maqueiro, o administrativo, todos são importantes. Só porque...Não é nem a minoria...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) será que não tem representação?

Então, quero dizer que vou usar sempre esse microfone, deputado Jacó, para levantar essa bandeira dos menos favorecidos. Não vou me calar nunca. Nunca vou me calar, porque, graças a Deus, cheguei a esta Casa dependendo só de Deus e dos amigos, das amigas que entenderam que tinha que ter uma voz aqui nesta Casa.

Então quero concluir minhas palavras, primeiro, tendo fé que o governo venha resolver esse problema...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e segundo, acreditando que podemos tudo naquele que nos fortalece.

Quero concluir as minhas palavras agradecendo ao rei dos reis, ao Senhor dos Senhores, ao leão da tribo de Judá, que podemos todas as coisas naquele que nos fortalece. Oh, Glória!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, a nobre deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Boa tarde a todas e todos. Quero saudar de maneira muito especial os servidores públicos que vieram, mais uma vez, a esta Casa, na expectativa de ver votado o Projeto de Lei nº 23.427/2019, que altera a estrutura remuneratória das carreiras de nível médio do Grupo Ocupacional de Artes e Cultura, do Grupo, também, Técnico-Administrativo de Serviços de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado, do Grupo Ocupacional Técnico-Específico, que reorganiza o quadro de cargos das carreiras de analistas, técnicos que já vieram aqui também, dos técnicos de radiodifusão da administração direta, das autarquias e fundações do Poder Executivo do estado da Bahia.

Na verdade, esse é um projeto que diz respeito a uma luta que é de muitos anos dos servidores para que nenhum trabalhador, servidor público ganhe menos de um salário mínimo.

Esse projeto chegou aqui depois de um pacto do governo do estado da Bahia com os servidores. Os servidores foram recebidos pelo governador Rui Costa, que assumiu o compromisso, honrou o compromisso e encaminhou esse projeto aqui para a Assembleia Legislativa.

A expectativa era de que votássemos esse projeto ainda na tarde de ontem, na sessão de ontem, quando essas Galerias estavam entupidas, embaixo, em cima, tudo ocupado, uma expectativa muito grande do movimento sindical, que veio com suas bases para aqui testemunhar a votação desse projeto.

Ocorreu que não foi possível votar ontem, inclusive o Líder Rosemberg deixou muito bem explicitadas as razões técnicas para o projeto não ser votado, porque ontem se encerrava o prazo regimental. Se fosse votado ontem, teríamos que fazer dispensa de formalidade, e esse projeto, portanto, foi remetido para o dia de hoje, que nós já poderíamos colocar em votação sem necessidade de dispensa de formalidade.

Por isso, todos nós chegamos aqui com essa expectativa de vencer esta votação ainda hoje. Pelo que eu estou vendo, houve um esforço muito grande para que houvesse acordo, mas me parece que haverá pedido de vista, e esse projeto vai ser iniciado hoje, para, depois, na próxima sessão, nós votarmos.

Mas eu quero deixar muito bem claro que esse é um projeto de autoria do Poder Executivo, porque só o Poder Executivo pode fazer projetos, encaminhar projetos a esta Casa que crie despesa, obviamente. Então, é somente por esta razão. Mas esse projeto tem como público alvo a servidora e o servidor públicos. Não é um projeto para o governador Rui Costa, é um projeto para a população, para as servidoras, para os servidores.

Portanto, penso que esta deveria ser uma pauta que unificasse o conjunto das bancadas, a nossa Bancada do Governo e a Bancada da Oposição, que não deveria criar

nenhum obstáculo para esta votação, na minha opinião. Entretanto, claro que nós vamos respeitar o papel de cada bancada, o papel político que cada uma vai desenvolver aqui.

Mas eu quero dizer que cheguei com essa disposição de votar, de ficar o tempo que for necessário, porque entendo que este é um projeto absolutamente justo. Ninguém gostaria de, a essa altura, em pleno século XXI, ficar com um piso salarial de menos de um salário mínimo. O que não queremos para nós, não podemos querer para ninguém. Não podemos permitir que isso continue acontecendo.

Portanto, acho que é muito importante...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) garantir, sim, a votação desse projeto. E chamo a atenção, mais uma vez, das lideranças.

Tivemos reunião da Comissão da Mulher, hoje, dos Direitos da Mulher, e é necessário pautar os projetos também de iniciativa das deputadas, mulheres, voltados para o enfrentamento da violência, voltados para a geração de emprego e renda, voltados para a melhoria da vida das mulheres em todas as dimensões.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Esta Casa tem esta dívida com a bancada feminina e feminista, e nós vamos cobrar sempre das lideranças que garanta que esse acordo que foi feito seja efetivado.

É isso, presidente, muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados, servidores que estão na tribuna, pessoal da Imprensa, da *TV ALBA*, da Taquigrafia, do cafezinho, o pessoal que nos vê pela *TV ALBA*.

Hoje é um dia especial para o coronel Anselmo Brandão, pois é o aniversário dele, e eu quero aqui, desta tribuna, mandar meus parabéns. Feliz aniversário, coronel Anselmo Brandão. Muita paz, saúde e vida longa.

Quero também aproveitar rapidinho para falar que, hoje, este mandato apresentou na Assembleia Legislativa um projeto de resolução que concede a Comenda 2 de Julho para o cantor e compositor Nelson Rufino, autor de sucessos como: *Todo Menino é um Rei*, *Aruandê* e *Verdade*. O sambista está completando 77 anos no dia 12, amanhã, e 55 anos de carreira. Então, Nelson Rufino, grande compositor, uma figura espetacular da Bahia, e vão aqui meus parabéns e vida longa.

Quero também dizer que ontem (lê): “Recebi em nosso gabinete os vereadores de Uruçuca, Eri (PT), Rege (PDT), Mateus Santos (PDT), Gustavo Albergaria Presidente do PP, Danilo Mota do PT municipal e o Presidente do PT, Gabriel Chaves.

Conversamos sobre demandas do município de Uruçuca, sobre as eleições 2020 e a necessidade da construção de um projeto político do campo popular e progressista daquele município”.

Quero também parabenizar a Dr.^a Camilla Batista, que é Coordenadora da CDA, pois hoje é o aniversário dela. Parabéns, doutora. Vida longa! Uma profissional qualificada, exemplo de dedicação e comprometimento com o serviço público. Deixo aqui meus parabéns e desejo que a sua caminhada seja cada vez mais de sucesso.

Quero também chamar a atenção da Bahia, das ligações perigosas que acontecem aqui em Salvador, deputada Olívia. Irmão de Romero Jucá ganhou contrato de quase R\$ 14 milhões com a prefeitura de Salvador. O Jucá é aquele que falou que estava tudo feito, o golpe com o Supremo e tudo, não é? Pois ele ganhou o prêmio aqui da prefeitura.

(Lê) “O empresário Álvaro Jucá, irmão do ex-senador e atual presidente nacional do PMDB, Romero Jucá, aquele que dizia que Dilma tinha que sair para estancar a sangria, que a solução era botar o golpista Temer em um acordo nacional

com Supremo e com tudo, ganhou um contrato de quase R\$ 14 milhões com a Prefeitura de Salvador, comandada pelo bolsonarista, ACM Neto, presidente Nacional do DEM. Esse montante é parte dos R\$ 500 milhões que a Prefeitura de Salvador tomou emprestado do BID para o novo Mané Dendê, uma obra importante para o município de Salvador, em especial para o subúrbio. Porém é de se estranhar que o irmão de um político envolvido em tantos escândalos nacionais seja premiado e ganhe uma licitação tão importante como essa.”

Também quero mostrar aqui o meu repúdio à prefeitura de Salvador, e pedir aos deputados da Base que tenham piedade e porem de perseguir os baleiros, porque esses pais e mães de família que andam nos ônibus vendendo suas balas não são marginais. São pais e mães de família que estão ali para sustentar suas famílias. Imaginem numa crise dessa, um desemprego crescente, tantas retiradas de direitos, e as pessoas não têm o direito de correr atrás. Engraçado, porque liberam alguns segmentos e outros não. As pessoas que pregam religião têm o acesso limpo aos ônibus, agora, os pais de família, para trabalhar, para ganhar o sustento dos seus filhos, infelizmente, são impedidos. E isso mostra o desprezo que o prefeito de Salvador tem por aqueles e aquelas que mais precisam.

E fica aqui o nosso repúdio. Enquanto perseguem os baleiros de trabalharem honestamente, premiam o irmão de Romero Jucá – aquele que disse “com o Supremo, com tudo” – com uma obra de R\$ 14 milhões.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E isso é de se estranhar. E este mandato, aqui, vai sempre estar atento e chamando a atenção da sociedade para esses abusos.

Por fim, eu queria denunciar, mais uma vez, essa ação da “Vaza Jato” que, de forma inescrupulosa, ocupou, invadiu a casa de uma mãe de família, botou metralhadora mirada para o seu filho de 7 anos, sem ela ter nenhuma culpa, simplesmente para chantageá-la para que o pai dela pudesse se entregar.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Isso é um absurdo que está acontecendo em nosso país, e nós não podemos aceitar isso.

E quero dizer aos servidores do estado que reparem bem quem vai estar aqui neste Plenário, hoje, para votar o projeto de vocês.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Para concluir.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Jacó Lula da Silva, com certeza, vai votar a favor. Lula Livre!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos...

(...) a nobre deputada, presidente da Comissão de Agricultura, deputada Jusmari Oliveira.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Tiago Correia: Só para justificar, a pedido, a ausência do Líder da Minoria, deputado Targino Machado, que se encontra hospitalizado pediu - inclusive apresentou emenda ao projeto de lei que se encontra na Mesa desta Casa, no dia de hoje - que justificasse a sua ausência, mas está acompanhando a sessão. E pediu a toda a Bancada da Minoria, o quórum necessário para o andamento dos trabalhos.

E aproveitar, também, para parabenizar o radialista Mário Kertész que, na manhã de hoje, entrevistou o vice-prefeito Bruno Reis, destacando toda a revitalização do bairro do Comércio. Iniciativa da Prefeitura Municipal do Salvador que já deslocou 80% das secretarias municipais para a área do Comércio e vem investindo de uma maneira muito firme nas atividades, principalmente nos fins de semana, tentando dar vida àquela área, praticamente eminentemente comercial, nos fins de semana, realizando, agora, o Festival da Primavera, Feira da Cidade e diversas atividades desenvolvidas.

Então, eu queria parabenizar tanto o radialista Mário Kertész quanto o vice-prefeito Bruno Reis.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Pedro Tavares): Já está registrado aqui, vamos deixar aqui. Deputado Robinson...

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente, isso não, não, não, não. Tem inscrição no Pequeno Expediente, nenhum deputado pode furar a fila do Pequeno Expediente para usar a fala aqui. Então, quero deixar, aqui, o meu protesto à atitude do deputado Tiago.

O Sr. Presidente (Pedro Tavares): Deputado, está registrado o seu protesto.

Rapidamente, deputado, até porque a gente tem o compromisso aqui de só usar o Pequeno Expediente. Entendeu, deputado?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Exatamente.

Sr. Presidente, a minha questão de ordem vai no sentido seguinte: nós fizemos um acordo, Maioria e Minoria, em relação à votação desse projeto. Então, não há divergência entre os deputados aqui. Esse projeto foi fruto de um acordo entre os sindicatos e o governo do estado.

Eu só estou preocupado, porque, algumas colocações podem, às vezes, ao invés de ajudar atrapalhar, já que há um acordo entre a Liderança de Maioria e de Minoria que nós vamos, por consenso, votar o projeto aqui em primeiro turno, ou seja, iniciar a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Explicado, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Com a palavra a deputada Jusmari Oliveira.

A Sr.^a JUSMARI OLIVEIRA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero dirigir os meus cumprimentos aos membros do Sindsaúde que se encontram nestas Galerias para acompanhar a desenvoltura da votação desse projeto,

que vai trazer um alento novo para essa categoria tão importante e para o estado da Bahia.

Eu venho especialmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta tarde, repetir: (lê): “Eu tenho dito nesta Casa sempre, que o Oeste da Bahia é uma região rica. Não só na agricultura e na pecuária, mas também na sua produção artística e cultural.

Em todos os cantos do Oeste baiano, seja na Região do Rio Grande, ou na Região do Rio Corrente, ou na Região do Rio Preto e em toda a beira do São Francisco, artistas plásticos, escritores, músicos e atores, lutam com muita coragem e talento para superar as dificuldades e mostrar a arte daquela região.

As cidades do Oeste da Bahia, Sr. Presidente, precisam ser olhadas com muito carinho por todos nós, pois aqueles artistas precisam ter suas obras e suas formas de arte e manifestação incentivadas.

É Por isso que vim hoje a esta tribuna parabenizar e agradecer...” – ao presidente desta Casa, Nelson Leal e à Mesa Diretora – (lê) “...pela reedição do Livro Porto Calendário em parceria com a Academia de Letras da Bahia.

Ao agradecer a esta Casa e à Academia de Letras, eu também quero registrar a nossa homenagem ao escritor do Oeste baiano Osório Alves de Castro, autor do livro Porto Calendário. Este notável nasceu na bela cidade de Santa Maria da Vitória, no Vale do Rio Corrente, e nesta obra ele mergulha de cabeça nas peculiaridades da Região Oeste, tornando protagonistas cidades como Bom Jesus da Lapa, Barra, Correntina, entre outras.

Osório narra com absoluta maestria e com originalidade as coisas da região de forma tão extraordinária que sua narrativa se torna universal. As barcas que subiam e desciam os rios parando em cada cidade para comprar e vender os mais diversos produtos.

Os enfrentamentos entre os coronéis daquela época que dominavam a região e que deixaram escritas tantas histórias que até hoje continuam a ser contadas.

De Juazeiro a Barra, de Barreiras a Santa Maria da Vitória, de Ibotirama a Bom Jesus da Lapa, enfim a forma de escrever do mestre Osório, é tão bela que arrancou elogios de ninguém menos que o escritor Guimarães Rosa.

O livro Porto Calendário é uma referência na literatura brasileira e com ele Osório Alves de Castro foi agraciado com o Prêmio Jabuti no ano de 1961.

Como muitos, Osório de Castro foi um retirante, era alfaiate e deixou a cidade de Santa Maria da Vitória para tentar a vida na meca da economia do Brasil, a cidade de São Paulo. Lá viveu em Bauru, Lins, Marília. Morou também no Rio de Janeiro e faleceu no ano de 1978 em Itapeçerica da Serra, no estado de São Paulo.

Pela grandeza de sua obra, pela importância que ele tem na literatura brasileira, merece figurar no panteão dos grandes da Bahia.

Por conta disto, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, pretendo apresentar a esta Casa um projeto de lei criando o Prêmio Osório Alves de Castro, como incentivo para os escritores, aqueles que resistem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e continuam produzindo aqui na Bahia. Através deste prêmio, as novas gerações terão oportunidade de saber quem foi este grande escritor baiano e sobretudo da nossa região Oeste”.

Aproveito, Sr. Presidente, a oportunidade para convidar todos os deputados e as deputadas para fazerem parte conosco da sessão especial que iremos realizar em homenagem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ao Rio São Francisco, no dia 4 de outubro. Nesta oportunidade, teremos aqui nesta Casa uma panorâmica da arte produzida na nossa região.

Finalizo dando, Sr. Presidente, um viva bem forte à obra do genial Osório Alves de Castro! Um viva ao povo de Santa Maria da Vitória! Um viva ao povo do Oeste da Bahia! Viva ao Porto Calendário! Viva a cultura baiana!

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Com a palavra o nobre deputado Capitão Alden.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, senhores e senhoras das Galerias, imprensa, eu gostaria de dizer, neste momento, o quanto estou decepcionado com a decisão que foi tomada no dia de ontem, no dia 10 de setembro, dia em que se comemora o Dia Internacional de Valorização da Vida e Prevenção do Suicídio.

Exatamente no dia de ontem, no dia simbólico onde todo mundo está discutindo regras, parâmetros para cuidar cada vez mais das pessoas que sofrem eventualmente por esses transtornos, especialmente relacionados à depressão, esta Casa simplesmente reprovou, contraindicou, através do parecer da CCJ, um Projeto de Lei de nº 23.066 que tornava obrigatória a instalação de telas e gaiolas de proteção nas passarelas e viadutos do estado da Bahia.

Hoje, por sinal, inclusive, nas proximidades do Detran, houve mais uma tentativa de suicídio. Graças a Deus, o Corpo de Bombeiros, de forma diligente, de maneira rápida, conseguiu evitar mais um suicídio em Salvador.

Salvador, Bahia, Brasil, é a terceira capital do Brasil em número de suicídios! E, mais uma vez, esta Casa que poderia, no dia de ontem, mandar um recado simbólico, deputado Jurailton, poderia ter mandado um recado mais do que simbólico: o compromisso do governo do estado e desta Casa com a vida humana. E aí, vários parlamentares, inclusive defendendo o Setembro Amarelo. Mas aí a Base do Governo pê-pê-pê, pá-pá-pá, só com elogios, votou contra esse projeto de lei que iria garantir a instalação de telas de proteção em passarelas e viadutos.

Claro, óbvio que somente a instalação de telas não vai evitar o suicídio, mas estaríamos seguindo uma orientação da Organização Mundial da Saúde e de outros segmentos que visam a proteção da vida, no sentido de dificultar, deputado Arimateia, que indivíduos que estejam com um trauma psicológico tenham acesso a locais que

poderiam ser utilizados para cometerem o suicídio. Então é lamentável que isso ocorra justamente no mês em que estamos pregando o combate ao suicídio.

Também estamos discutindo amplamente, deputado Arimateia, como bem o senhor colocou aqui, o fechamento de hospitais da rede de apoio e suporte que dariam, inclusive, uma condição mais digna ao tratamento das pessoas que estão sob o efeito desses transtornos. Realmente é lamentável o que acontece aqui.

Outra situação que eu também gostaria de relatar, é que daqui a alguns minutos vai começar mais uma assembleia de policiais militares, na Adelba, para tentar conclamar o governo do estado a atender as reivindicações – não são meras solicitações – dos policiais e bombeiros militares.

Por exemplo, precisamos de assessoria jurídica gratuita. Imaginem, o policial age em nome do estado, a favor do estado e pelo estado, mas, no momento em que se envolve em uma ocorrência policial e vai responder processo criminal, ele tem de arcar com as despesas com as custas processuais e com advogado. Pergunto: qual o respaldo jurídico que o policial militar tem, hoje, para agir contra a criminalidade se ele tem de arcar com as custas do processo, com o pagamento de advogado e tudo mais?

Hoje, o policial da reserva não tem direito nem mesmo de receber o seguro em caso de invalidez ou morte, simplesmente porque o seguro não é estendido aos militares que estão na reserva remunerada.

O policial trabalha em um estado, a Bahia, que tem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de 417 municípios, mas o seu seguro de deslocamento é limitado a 2 horas e meia. Ou seja, eu saio de casa para o trabalho e do trabalho para casa, mas o meu deslocamento é limitado a 2 horas e meia. Então, se eu sofrer qualquer investida do mal, do criminoso após 2 horas e meia, eu não receberei seguro em caso de morte ou invalidez.

São por essas e outras demandas que nós estamos brigando, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Lutar por direitos não é crime!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Com a palavra o nobre deputado Robinson Almeida pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, trabalhadores que ocupam as Galerias Paulo Jackson, eu também quero demonstrar o nosso empenho, da Bancada do Governo, em aprovar essa matéria.

Reconheço o legítimo dever da Oposição de usar os mecanismos regimentais, mas creio que estamos chegando a um bom termo para que seja acelerado o processo reajuste acordado numa mesa de negociação, e assim possamos contemplar todos os servidores públicos estaduais.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria parabenizar o governador Rui Costa, que amanhã vai inaugurar a 12^a Policlínica Regional no município de Jacobina. As policlínicas já são um *case* de sucesso nacional, porque elas oferecem exames e diagnósticos para uma camada da população que muitas vezes não tem os recursos para pagar uma ressonância magnética, uma tomografia. Além disso, oferece atendimento médico especializado. Com um investimento de R\$ 23 milhões, essa policlínica de Jacobina vai gerar cerca de 70 empregos.

E aproveito este momento para convidar a população de Jacobina e, também, de Capim Grosso, Piritiba, Mairi, Quixabeira e de todas as outras cidades que fazem parte desse Consórcio Regional para prestigiar esse grande evento que vamos ter amanhã pela manhã, em Jacobina.

Parabéns, governador, por temos mais uma policlínica funcionando na Bahia.

Sr. Presidente, eu também queria convidar todos os moradores de Feira de Santana para participarem, amanhã, de um importante seminário sobre os impactos da

reforma tributária para os estados e municípios e suas consequências para a indústria e o comércio. Essa iniciativa é da Câmara dos Deputados, a partir de um requerimento do deputado federal Zé Neto, que vai levar para esse evento o presidente e o relator da comissão especial que analisa essa matéria. Desse modo, poderemos fazer, aqui na Bahia, um debate sobre os impactos da reforma tributária.

Sobre esse tema, defendo uma reforma tributária justa. Defendo menos Brasília e mais Brasil e mais Bahia. Defendo que haja justiça e que os ricos paguem mais, que tenha taxaço sobre grandes fortunas e heranças no Brasil, porque neste País rico não paga imposto. Uma reforma tributária tem de ser progressiva: quem tem mais paga mais; quem tem menos paga menos; e quem não tem nada, nada paga. Esse tem de ser o sentido de justiça social de uma reforma tributária.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero também parabenizar o governo estadual por ter cuidado de forma tão intensa e tão dedicada dos municípios da Bahia, em particular Feira de Santana. Nessa cidade, já participei de várias ações do governo do estado: inauguração da escola no Viveiros, ampliando a oferta de vagas na educação; Unidade de Pronto Atendimento (UPA); Policlínica Regional de Feira; e agora a construção do Hospital Regional Clériston Andrade II. Ou seja, teremos outro hospital regional em Feira de Santana.

Na área de segurança pública, 115 novas viaturas foram entregues, na semana retrasada, para reforçar o policiamento naquela cidade. Também teremos mais água em Feira de Santana, já que R\$ 30 milhões foram investidos para ampliar o sistema do Tomba. Além disso, intervenções estruturantes como a Avenida Nóide Cerqueira.

É lamentável que o prefeito de Feira de Santana, em vez de ter gratidão e agradecer ao governador por ter cuidado tão bem do município, vá para as redes sociais criticar as ações do governo.

Na verdade, ele deveria responder as seguintes perguntas: quando o BRT vai funcionar de Feira de Santana? Quando um morador de Feira poderá entrar em um

ônibus articulado e usar o BRT? Quando os camelôs poderão inaugurar o Shopping Popular para ganhar o seu pão de cada dia? Colbert também deveria responder por que não enfrentou o surto da dengue e não preparou o município para esse tipo de situação. A além do mais...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ele deveria responder por que dá um calote de mais de R\$ 1 milhão no repasse da UPA Regional ao governo do estado.

Como diz aqui o deputado Targino Machado, Colbert deveria ir trabalhar em vez de ficar com picuinhas nas redes sociais. Na verdade, o prefeito deveria fazer a parte dele, buscar uma parceria com o governador e pedir mais apoio ao governo do estado para melhorar o dia a dia da cidade de Feira de Santana.

Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) também queria registrar, a pedido, que o Líder da Oposição me ligou para informar a sua ausência hoje por conta de um procedimento no Hospital Santa Izabel. Ele está com uma tendinite no cotovelo e não vai poder participar. Não perdi a piada e falei: “Realmente, hoje a Bancada da Situação não vai ter a cotovelada da Oposição, porque o deputado está contundido e não poderá participar da sessão”.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur. (Pausa) Não está?

Na ausência da deputada Fabíola, com a palavra o deputado José de Arimateia.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, fizemos um acordo e definimos que encerraríamos os discursos para irmos logo à Ordem do Dia. Porém, há dois

deputados que querem se pronunciar. Se o deputado Tiago também flexibilizar, poderão falar um ou dois de cada lado. Da minha parte não tem nenhum problema.

É só para preservar o acordo que fizemos.

O Sr. Tiago Correia: Dois e dois, então.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Então serão dois e dois.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Com a palavra o deputado José de Arimateia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, venho a esta tribuna nesta tarde, primeiro, para dizer que sou solidário à luta do Sindsaúde e apoio a imediata aprovação do projeto de reestruturação da tabela de vencimentos dos técnicos e auxiliares administrativos. Podem contar com o apoio dos republicanos nesta Casa. (Palmas)

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar que estive, ontem, em Brasília para participar do lançamento da Frente Parlamentar da Optometria.

A optometria, Sr. Presidente, vem em um momento importantíssimo para ajudar as pessoas que não têm tido acesso a meios para cuidar da saúde visual. Temos na Bahia – um estado de 15 milhões de habitantes –, hoje, um pouco mais de 600 oftalmologistas, não chegam nem a 610. Desse modo, os optometristas, que são profissionais formados nessa área, chegam para fazer a prevenção visual.

A optometria não interfere na função dos oftalmologistas, não. Os optometristas fazem o atendimento primário.

Sr. Presidente, já tivemos vários encontros, várias discussões nesta Casa. E agora chega ao Congresso Nacional uma iniciativa importantíssima do deputado federal do Paraná Aroldo Martins, que teve a sua brilhante ideia, juntamente com o deputado federal Ronaldo Santini, lá do Rio Grande do Sul, do PTB; teve também a participação do deputado Capitão Wagner, do Pros do Ceará; teve também o apoio do deputado Vermelho, do PSD do Paraná; do deputado Luiz Lima, do PSL do Rio de

Janeiro... E assim foi formada a diretoria executiva da Frente Parlamentar em Defesa da Optometria.

Então, Sr. Presidente, eu venho aqui com muita alegria, porque eu tenho sido um defensor assíduo desta luta, desses profissionais que têm trabalhado, que têm sido, muitas vezes, perseguidos, mas, mesmo assim, têm lutado em defesa de uma saúde que, realmente, o nosso país precisa. Uma nação que enxerga bem se desenvolve melhor. Então, essa é a missão da Frente Parlamentar da Optometria, que foi ontem instalada no Congresso Nacional

Um outro tema, Sr. Presidente, que eu gostaria também de fazer um registro, é que hoje nós tivemos uma audiência pública sobre saúde, doenças zoonóticas e meio ambiente. Foi uma discussão importantíssima, onde tivemos a participação de representantes, tanto do estado como também do município. E pudemos constatar que os prefeitos precisam urgentemente divulgar nas escolas a importância de nós conscientizarmos a população com respeito ao meio ambiente.

E aqui, Sr. Presidente, hoje, 60% dos municípios em situação de controle das arbovirose estão em alerta; 60% dos municípios do Brasil estão em alerta com o problema, em alerta sobre o risco. A situação está sem controle. Por quê? Porque a maioria dos municípios não tem o plano de saneamento básico. E aí precisam urgentemente, os deputados estaduais, os deputados federais, somar, juntamente com os prefeitos, para poder encontrar uma solução da implantação do plano de saneamento básico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Por acordo dos líderes, falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Vitor Bonfim; logo após, o deputado Pedro Tavares; depois a deputada Fabíola Mansur; e o deputado Tiago Correia indicará o segundo.

Fala, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, senhores deputados, venho à tribuna, na tarde de hoje, deputado Júnior Muniz, para falar sobre a licitação que foi publicada no Diário Oficial do Estado, para recuperar trechos de rodovias importantes do nosso estado: a rodovia BA-160, que liga os municípios de Bom Jesus da Lapa e Paratinga a Ibotirama.

O governador do estado, o secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, o meu querido amigo diretor da SIT, Saulo Pontes, colocaram essa licitação, que era um pleito antigo, uma luta antiga do nosso mandato, para que esse trecho de pouco mais de 140 quilômetros possa ser recuperado. E, além do mais, já numa nova modalidade em que a empresa que ganhar a licitação – que será realizada no dia 22 do próximo mês de outubro – vai dar a manutenção pelos próximos 5 anos.

Então, a gente vai ter a certeza e a garantia de que teremos condições de trafegabilidade nessa rodovia pelos próximos anos, garantindo assim não só que o município de Bom Jesus da Lapa possa receber os seus visitantes que lá vão para visitar e participar da romaria ao Bom Jesus, mas também para permitir que possa ser escoada a produção agrícola de todos aqueles municípios da região, municípios importantes.

Bom Jesus da Lapa se destaca na produção de banana. Então é uma boa notícia para o povo da nossa região. Mais uma ação do nosso governador Rui Costa. Mesmo neste momento de crise, de grande dificuldade, o governador vem mantendo os investimentos em nosso estado.

E, além dessa obra, destaco aqui ainda a realização da licitação que vai recuperar o trecho da BA que liga Sussuarana a Barra da Estiva, passando pelo município de Tanhaçu. São obras importantes, obras que vão melhorar a vida do povo da nossa região, e fico feliz por ter atendido a esses pleitos.

Quero ainda destacar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as ações lá no município de Itaquara, deputada Fabíola Mansur. O município de Itaquara, município que fica vizinho ali ao município de Jaguaquara. E o governo do estado tem investido muito na parceria com o nosso querido amigo prefeito Marco: obras de pavimentação

asfáltica na sede do município e realização de calçamento. Mas tem um pleito antigo, um sonho, deputado Pedro Tavares, do povo daquela região, que é a ligação da BA que liga Itaquara à BR.

Então a gente precisa que essa obra seja feita. É pouco mais de 10 quilômetros de pavimentação asfáltica para ligar a sede do município de Itaquara à BR, ligar o Vale do Jiquiriçá diretamente à BR, encurtando distâncias e possibilitando o escoamento da produção agrícola, um deslocamento mais fácil para a população daquela região e trazendo mais oportunidades para a população do município de Itaquara.

Então, Sr. Presidente, fica aqui o meu pleito. Quero reforçar esse pleito antigo, essa luta antiga nossa, minha e do prefeito Marco. Nós já estivemos com o secretário Marcus Cavalcanti, com o governador, pedindo essa obra. Já conseguimos mais de 2 quilômetros de asfalto que já beneficiaram a população do município; a saída para a Vila Castelo Branco já foi feita; diversas obras de pavimentação no município; temos agora a reforma do hospital que está aí; já foram entregues tratores, carros para a Saúde do município.

Então essa parceria frutífera para o município, para a população de Itaquara, tem sido muito boa. E fico feliz em poder ajudar a levar obras importantes para os municípios que aqui represento nesta Assembleia.

Mas, Sr. Presidente, quero, por fim, dizer e fazer um apelo aos deputados para que possamos votar o projeto de lei que reajusta e corrige a tabela de vencimentos dos servidores do estado da Bahia.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Foi apresentada uma emenda que infelizmente não pode, neste momento, ser aprovada, porque irá comprometer os índices de pessoal do governo do estado, mas urge que nós aqui possamos votar esse projeto de lei que está na Ordem do Dia, na tarde de hoje, deputado Rosemberg Pinto.

Quero fazer um apelo ao deputado Tiago Correia, que está aí hoje, ao deputado Alan Sanches, liderando...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a Oposição aqui na Casa, para que nós possamos votar o projeto de lei que está aí na Ordem do Dia e, assim, corrigir essa injustiça que tem sido feita com os servidores do estado da Bahia.

O governador Rui Costa, mostrando mais uma vez a sua sensibilidade, encaminhou esse projeto para cá, e cabe a nós fazermos o nosso papel, que é votar essa lei no menor prazo de tempo possível.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): O.k., deputado Vítor Bonfim.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Falará agora, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Queria saudar o Sr. Presidente, os demais deputados e deputadas presentes, imprensa, servidores aqui.

Bem, amigos, eu acho que a pauta hoje é justamente o projeto de vocês, que (lê) “*Altera a estrutura remuneratória das carreiras de nível médio do Grupo Ocupacional Artes e Cultura*”, que V. Ex.^{as} Deputados já conhecem, e é o Projeto de Lei nº 23.427/2019.

Tentei aqui, de alguma forma, agora neste momento, até um acordo, para que a gente votasse hoje o projeto de vocês. Mas esse acordo não foi possível, porque já havia um acordo prévio, e alguns deputados estão em outras atividades, que não aqui no Plenário, e não poderemos, nesse momento, fazer esse esforço maior para que seja votado. Mas eu quero aqui, como um dos integrantes da Oposição, acompanhando o líder, em exercício, Tiago Correia, dizer que nós da Oposição estaremos votando justamente a favor desse projeto.

O que nós desejávamos, e sonhamos com isso, é que fosse estendido também aos demais servidores e outras categorias que não têm aumento há muitos anos, mas acredito que essa emenda não passará. Mas não será por isso que faremos qualquer tipo de obstrução. Votaremos a favor – já estou aqui declarando, inclusive, meu voto antecipadamente –, junto com os colegas aqui. Vamos votar de acordo com vocês, para ajudar a fazer realmente uma justiça social, uma justiça econômica, uma justiça no salário dos servidores, que deveria ser até muito maior. Mas se só é possível isso, apenas isso o que o governador está dando, tenha certeza de que votaremos com vocês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas nas galerias.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): A deputada Fabíola Mansur falará agora pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Eu queria inicialmente saudar a mobilização dos técnicos e auxiliares administrativos de todas as categorias. Saudar Ivanilda, do Sindsaúde, mais o Sindsefaz, o Sindpoc, Eustácio, pela mobilização que tivemos e com a participação de alguns dos deputados da Base do governador Rui Costa, que estiveram na secretaria, que culminou com o justo aumento e equiparação ao salário mínimo dos servidores de nível médio de várias categorias – da Cultura, da Fazenda, da Saúde, da Segurança Pública. E quero dizer que é um pleito justíssimo. E que todos os deputados da base estão prontos para a votação desde ontem. O projeto que foi encaminhado pelo Executivo e vai beneficiar mais de 30 mil pessoas. E foi feita uma emenda, emenda essa que é – apesar de legítima porque a reposição salarial seria, se condições houvesse – mais do que justa para equiparar os salários dos nossos servidores, mas ela é atualmente inviável, além de ser inconstitucional. O deputado que propôs a emenda não está aqui. E isso está fazendo atrasar a votação daquilo que foi acordado pela Saeb, pela Serin, pelo governador e pela mobilização dos sindicatos das categorias que estão aqui muito bem representadas.

Isso para dizer que, muitas vezes, o que é possível fazer precisa ser votado para ter efetividade ainda sancionado em setembro. Estão aqui os deputados da Base do Governo e, como já parece que foi demonstrado, também alguns deputados da Oposição para votar. Mas, infelizmente, esse projeto está aqui para ser votado, porém nós não temos quórum de votação. Mas, assim que esse quórum puder ser feito com os deputados da Oposição... Todos os deputados se encontram aqui para votar, deputados esses que são da base do governador Rui Costa e que são também signatários dessa mobilização. Então, quero dizer que estamos aqui. Claro que votarei favorável. Estive com vários presidentes de sindicatos, estive em mesa de negociação, e o nosso mandato presidindo a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, é isso.

Então, a gente pede também ao deputado Tiago Correia que mobilize os deputados da Oposição, deputado Tiago Correia, que é um deputado sensato, para que a gente vote hoje em respeito a todos os servidores que vieram aqui. Estão desde ontem. Se a gente quiser, a gente vota.

Continuando, eu não posso deixar de fazer aqui em defesa dos oftalmologistas brasileiros, que têm a missão de promoção de saúde ocular e que fazem isso de forma contundente com várias campanhas. E dizer ao deputado que me antecedeu, José de Arimateia, um defensor dos optometristas, que é uma profissão. Mas que não podem, efetivamente, sem estar preparado, sem ter legalidade para isso, tentar fazer consultas como se médicos fossem. Eu acho que é importante que a gente saiba aqui. A Constituição assim garante. O Ministério Público já se posicionou, o Supremo já se posicionou. E nós não vamos aqui corroborar com o exercício ilegal da medicina por pessoas que não estão preparadas. Os optometristas têm outras funções, têm uma ocupação reconhecida, mas não para exercer o mister de atender, de consultar pessoas, fazer consultas, exames de fundo de olho, de pressão. E acho que é indefensável quando a gente não está dentro da legalidade.

Por fim, Sr. Presidente, ainda no tempo que resta, quero aqui fazer uma moção de aplauso ao secretário de turismo Fausto Franco, que conseguiu que a gente fizesse o edital de lançamento do Programa Prodetur Nacional, que era uma verba federal, mas estava ainda engavetada sem que se conseguisse desburocratizar; o que vai possibilitar a reforma e construção de atracadouros náuticos na região do Recôncavo, beneficiando a nossa querida Cachoeira, a nossa querida Salinas da Margarida e Maragogipe. Com um potencial turístico grande, com um potencial de gerar emprego e renda e também com que conheçam...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aquelas grandes cidades.

E amanhã estaremos em Jacobina, junto ao secretário Fábio Vilas-Boas e ao nosso governador, inaugurando mais uma policlínica, que vai levar mais saúde para a população, consultas e exames especializados. Uma grande marca do governo Rui Costa que certamente a gente consegue não só defender como ser também uma grande entusiasta, porque vem mudando a vida das pessoas.

Enfim, quero agradecer...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aqui o tempo e dizer: estamos aqui, vota hoje, que eles merecem que vote é hoje.

Vivam todos os sindicatos, viva os servidores!

(Palmas nas galerias.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Para falar, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Alex Lima, encerrando e colocando em pauta depois o projeto.

O Sr. ALEX LIMA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, funcionários da Casa, Galerias Paulo Jackson – muito bem representadas hoje –, cumprimento os telespectadores da *TV Assembleia*.

Presidente, o que me traz aqui hoje são dois temas distintos. Eu gostaria de iniciar cobrando uma atenção especial para as estradas da nossa região do Litoral Norte. Eu acho que este ano de 2019 provavelmente deve ter sido o ano em que mais choveu em toda a década, e com isso as estradas todas foram deterioradas. Mas eu queria dar destaque aqui – já soltei nota na imprensa – a duas situações específicas. A da BA-233, que liga Esplanada ao município do Conde, sobretudo na localidade de Altamira, onde uma população representativa tem sofrido muito, porque foi feita a Operação Tapa-Buraco e, de maneira muito estranha, pularam o distrito de Altamira, que está sofrendo com as chuvas e as lamas em suas casas e com as dificuldades dos seus alunos de irem para as aulas, das pessoas de irem para os seus trabalhos. Enfim, é uma situação para a qual eu queria pedir prioridade ao governo do Estado. A outra é a BA-396, que liga a BR-101 à cidade de Jandaíra – essa parte já foi feita, esse trecho foi feito no governo Jaques Wagner, mas ainda falta a ligação de Jandaíra, deputado Pedro Tavares, V. Ex.^a conhece bem aquela cidade, à Linha Verde. Aquela estrada está completamente destruída, eu recebi vídeos: nas últimas semanas, essas chuvas terminaram por destruir completamente aquela estrada, deixando-a de forma intransitável.

Então, a primeira parte do nosso pronunciamento, presidente, seria justamente para fazer essas duas cobranças.

A segunda parte é para falar de temas nacionais. É inaceitável, Sr. Presidente, que as pessoas que representam a Oposição aqui na Bahia, mas que são amigos dos poderosos de Brasília, a turma do Democratas, os seus representantes, o prefeito da cidade de Salvador, fiquem omissas, fiquem caladas diante das atrocidades que esse governo tem cometido com a Bahia e com os baianos.

Nós já fomos ofendidos nordestinos e xingados pelo presidente. Nós já fomos motivo de gozação por parte do presidente. Nós, agora, estamos perdendo uma importante conquista, deputado Rosemberg Pinto. O petróleo que nasceu na Bahia está perdendo a sua sede. E, com isso, milhares de desempregados, milhares de empregos

indiretos. E a simbologia é muito ruim para o nosso estado. E nós não ouvimos uma única palavra desses que estão alinhados e bebendo da água do poder.

Agora se fala, presidente, numa nova CPMF. Uma CPMF que foi enterrada lá atrás, ainda no governo Lula, e que agora se quer resgatar. E nós não ouvimos um único pronunciamento por parte dos partidos que compõem a base de sustentação do presidente Jair Bolsonaro.

Então, essa situação precisa mudar. Eles precisam dar a cara. Não podem estar posando...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e desfilando em avião presidencial, sorrindo, dando risada – talvez das mazelas que tem feito esse governo com a Bahia –, sem dar uma resposta concreta e dizer de que lado eles estão: se eles estão do lado dos poderosos lá de Brasília, ou se eles são solidários à Bahia e às suas dificuldades enfrentadas diariamente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Com a palavra, o deputado Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos. E logo após colocaremos em apreciação o projeto de lei para que seja votado.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, Galeria. Queria falar de um fato, um fato triste que ocorreu no dia de ontem, no município de Irecê. Ocorreu um incêndio em um mercado. Graças a Deus, não teve vítimas fatais, mas teve um prejuízo muito grande para o supermercado. Isso só faz demonstrar o que tenho cobrado aqui frequentemente deste Plenário, através do nosso mandato parlamentar, que é a necessidade da instalação de um grupamento do corpo de bombeiros lá no município de Irecê. O município de Irecê, que é um município sede, é um município que está cortado pela BA-052, pela BA-432, pela BA-148. E necessita: necessita por ser um polo de região; necessita por não ter a assistência necessária do corpo de bombeiros; necessita, sim, da instalação de um grupamento do corpo de bombeiros naquela cidade.

Fica aqui a minha cobrança ao governo do Estado. Fica aqui a minha cobrança para que olhe com carinho essa importante demanda, que, mais uma vez, nós cobramos daqui desta Casa para que se faça a instalação de um grupamento do corpo de bombeiros no município de Irecê.

Antes de começar a falar sobre Irecê, eu tive a oportunidade de acompanhar com muita atenção o pronunciamento do deputado Marquinho Viana, que elogiou o lançamento de diversas estradas pelo governo do Estado. E eu faço um mandato com coerência, não faço um mandato do quanto pior melhor.

Eu queria, aqui, parabenizar, sim, parabenizar, por algumas estradas que foram anunciadas, como a BA-046, que liga Iaçú a Itaberaba, que foi uma indicação do nosso mandato. Fui o primeiro deputado que fez a indicação aqui, cobrando a recuperação dessa estrada.

Falar também da BA-148. A BA-148, essa importante estrada que liga Irecê a Ibititá, passa por Ibipeba e chega a Barra do Mendes. Também fui o deputado que fez a primeira indicação para cobrar essa estrada! Há aqui outros deputados da região de Irecê que também cobraram a estrada; está aqui o deputado Jacó, está aqui a deputada Fabíola Mansur. E espero que essa estrada saia definitivamente do papel! Espero que essa estrada deixe de ser um sonho e se transforme em realidade para beneficiar a população, que tanto precisa de uma estrada com qualidade ali, naquela região.

Mas também queria fazer, aqui, uma cobrança: eu não vi dentro desse rol de estradas que apresentaram aqui para a recuperação uma estrada importante, que é a BA-270, que liga o município de Santa Luzia a Canavieiras. Uma estrada importantíssima! Uma estrada que permite ligar a BR-101 a Canavieiras, chegando até a orla, a praia do litoral do sul da Bahia, ali em Canavieiras. E essa estrada está totalmente abandonada! Em péssimas condições!

Eu queria pedir a sensibilidade do governo do estado para fazer a recuperação dessa estrada, para que as populações de Canavieiras e de Santa Luzia tenham as condições necessárias para trafegar numa estrada com qualidade, para que

eles possam trafegar em paz, sem os transtornos causados por essa estrada em péssimas condições.

E queria fazer, aqui, também um pedido, um pedido para uma estrada sobre a qual eu recebi hoje a notícia de que está paralisada. Foi anunciada pelo governador Rui Costa essa estrada. Começou, mas está paralisada. É a estrada que liga a sede do município de São Sebastião do Passé ao entroncamento da BA-093. Uma estrada importante, mas que está paralisada. E eu queria pedir, aqui, a sensibilidade da Secretaria de Infraestrutura...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que retomasse o mais rapidamente possível as obras dessa estrada, para que também a população de São Sebastião do Passé possa trafegar em uma estrada com qualidade.

Então, ficam, aqui, as nossas cobranças, deputado Junior Muniz, que preside tão bem esta sessão, em relação à implantação do Corpo de Bombeiros na região de Irecê, especificamente no município central, polo, o município de Irecê, e nossa cobrança...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) em relação a melhores condições de estradas do nosso estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Por acordo dos líderes, passamos para a Ordem do Dia.

Colocamos em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 23.427/2019, procedente do Poder Executivo, que altera a estrutura remuneratória das carreiras de nível médio do Grupo Ocupacional Artes e Cultura, do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo, do Grupo Ocupacional Serviços de Apoio Técnico-Administrativo da Procuradoria Geral do Estado, do Grupo Ocupacional Técnico-Específico, reorganiza o quadro de cargos das carreiras de Analista Técnico do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo e de Analista e Técnico de Radiodifusão do Grupo Ocupacional

Técnico-Específico da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras providências.

Convidamos para relatar a matéria o deputado Bobô. O Excelentíssimo deputado Bobô será o relator da matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Para relatar a matéria, o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: (Lê) *“Parecer Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 23.427/2019, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Altera a estrutura remuneratória das carreiras de nível médio do Grupo Ocupacional Artes e Cultura, do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo, do Grupo Ocupacional Serviços de Apoio Técnico-Administrativo da Procuradoria Geral do Estado, do Grupo Ocupacional Técnico-Específico, reorganiza o quadro de cargos das carreiras de Analista Técnico do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo e de Analista e Técnico de Radiodifusão do Grupo Ocupacional Técnico-Específico da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras providências.’*

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Ex.^{mo} Sr. Governador, o projeto que ora me cabe analisar, propondo alteração na estrutura remuneratória de diversas carreiras de nível médio da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, visando “garantir ajustes na estrutura remuneratória das carreiras de nível médio, na forma que indica, bem como possibilitar o avanço funcional das carreiras especificadas, buscando, com isso, atender ao equilíbrio das contas públicas e a valorização desses servidores públicos”, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem que acompanha a proposição, na qual afirma ainda que as medidas propostas correspondem ‘ao resultado das negociações realizadas com representantes das carreiras, reforçando o compromisso do Governo do Estado com a

valorização dessas carreiras e a preocupação com a qualidade do serviço público prestado aos administrados’.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Targino Machado, propondo reajuste da ordem de 13,51%, a partir de 1º de agosto de 2019, ampliando assim a alteração da estrutura remuneratória para abranger também os servidores públicos que têm formação de nível superior, os de nível médio e técnicos que possuem remuneração acima do salário-mínimo, as funções gratificadas e os cargos em comissão, de modo a garantir uma reposição da inflação acumulada no período 2016/2018.

Opino pela rejeição, considerando que o texto da emenda do nobre Parlamentar configura ofensa à vedação expressa no inciso I do art. 78 da Constituição do Estado, que veda a aprovação de emenda que contenha aumento de despesa em projetos de iniciativa privativa do Governador, entre os quais figura a presente proposição, em conformidade ao quanto dispõem os incisos IV e VII do art. 77 da Carta Estadual. Assim, por versar sobre matéria de competência privativa do Executivo, a emenda não pode ser acolhida.

Por fim, objetivando o aperfeiçoamento da proposição, apresento, na condição de Relator, a seguinte emenda:

Emenda de Relator:

Os arts. 13 e 16 do Projeto de Lei nº 23.427/2019 passam a ter a seguinte redação:

“Art. 13 - O § 4º do art. 6º-A e o inciso I do art. 7º, ambos da Lei nº 11.366, de 29 de janeiro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 6º-A -.....

.....

§ 4º - O ônus da despesa de pessoal relativa à designação do Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental caberá ao órgão para onde o servidor for designado.’ (NR)

'Art. 7º -

I - no símbolo DAS-3 ou superior, para cargos das estruturas da Secretaria da Administração, da Secretaria do Planejamento, da Secretaria de Relações Institucionais, da Secretaria da Casa Civil, do Gabinete do Governador e da Secretaria da Fazenda; '(NR)''

“Art. 16 - Ficam revogados o § 3º do art. 40 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, o § 3º do art. 6º-B da Lei nº 11.366, de 29 de janeiro de 2009, e o art. 3º e o Anexo III da Lei nº 13.184, de 17 de junho de 2014.”

Justificativa: A presente emenda ao Projeto de Lei nº 23.427/2019, em consonância com os objetivos por ele propostos, busca garantir incrementos na qualidade do serviço público prestado aos administrados.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como a inexistência de restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2019.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Pela ordem, deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Presidente, conforme acordo entre as bancadas da Maioria e Minoria e atendendo à orientação do nosso Líder de bancada, deputado Targino Machado, eu gostaria de pedir vista do relatório apresentado pelo deputado Bobô.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Concedo vista a V. Ex.^a, conforme acordo regimental.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, eu queria reafirmar, aqui, que realmente nós fizemos um acordo, eu queria ponderar com os servidores, não terá nenhum problema, nós vamos votar na próxima terça-feira, aqui, com o prazo...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Por favor, plenário, por favor, fazer silêncio. Vamos ouvir o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu só estou querendo ser justo com os dois lados. Olha bem, eu combinei isso ontem com os sindicatos, aqui fora, e estou cumprindo o que eu combinei. O que é que acontece? O projeto será votado na próxima terça-feira, e o valor será incorporado à folha de pagamento. Não terá nenhum prejuízo para os servidores.

Ou seja, eu estou dizendo aqui, porque os deputados da Oposição... Eu sou uma pessoa assim... eu poderia estar deixando os deputados da Oposição com esse ônus, mas acordo é acordo. E os deputados poderiam ter pedido quórum, e não pediram...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas não terá...

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Pedindo silêncio às Galerias.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Só quero dizer para as pessoas que não haverá prejuízo remuneratório para nenhum servidor por conta da votação. Se não acontecer hoje, acontecerá na próxima terça-feira.

Aqui nós estamos votando por acordo, e para votar por acordo tem um regramento da Casa, e a gente não pode furar o regramento da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): De acordo... Concedo a... Encerro a sessão. Votando na próxima terça.